

**AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.394.667 - SE  
(2018/0293165-7)**

**RELATOR** : **MINISTRO MARCO BUZZI**  
**AGRAVANTE** : AGUIDA MARIA DINIZ ALENCAR  
**AGRAVANTE** : ALOISIO MARTINS VIEIRA  
**AGRAVANTE** : CLEOMENES REIS DE ALMEIDA BARRETTO  
**AGRAVANTE** : LEILA CRISTINA COSTA SOARES DE ROS  
**AGRAVANTE** : LILIAN MALTA REIS  
**AGRAVANTE** : MARIA SILVIA HENRIQUES DE SANTANA  
**AGRAVANTE** : MARÍLIA BARBOSA LENIK  
**AGRAVANTE** : MARIO CARDOSO PINTO SILVA JUNIOR  
**AGRAVANTE** : PAULO MAGNO LEAL  
**AGRAVANTE** : RONALDO QUEIROZ GURGEL  
**ADVOGADOS** : CARLOS AUGUSTO MONTEIRO NASCIMENTO E OUTRO(S) -  
SE001600  
CARLOS EDGAR ANDRADE LEITE - SE004800  
**AGRAVADO** : UNIMED SERGIPE COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO  
**ADVOGADO** : PEDRO DIAS DE ARAUJO JUNIOR E OUTRO(S) - SE000080

**EMENTA**

AGRAVO INTERNO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL - AÇÃO DECLARATÓRIA C/C PEDIDO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER - DECISÃO MONOCRÁTICA DA PRESIDÊNCIA DESTA CORTE QUE NÃO CONHECEU DOS RECLAMOS, ANTE A INTEMPESTIVIDADE.

**INSURGÊNCIA DOS AUTORES.**

**1.** Consoante Enunciado Administrativo n. 3, do Plenário do Superior Tribunal de Justiça, "Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.".

**2.** *In casu*, incidem as regras estabelecidas pelo Código de Processo Civil de 2015, visto que à época da publicação do *decisum* recorrido já estava em vigor o novo regramento processual.

**2.1.** São intempestivos os recursos especial e agravo em recurso especial interpostos após o prazo de 15 (quinze) dias úteis previsto nos artigos 219 e 1.003, § 5º, do CPC/15.

**2.2.** Nos termos do parágrafo 6º do artigo 1.003 do aludido diploma, para fins de aferição de tempestividade, a ocorrência de feriado local deverá ser comprovada, mediante documento idôneo, no ato da interposição do recurso. Precedente: AgInt no AREsp 957.821/MS, CORTE ESPECIAL, DJe 19/12/2017.

**3.** Agravo interno desprovido.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao agravo interno, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Luis Felipe Salomão, Raul Araújo, Maria Isabel Gallotti e Antonio Carlos Ferreira (Presidente) votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília (DF), 02 de abril de 2019 (Data do Julgamento)

**MINISTRO MARCO BUZZI**

Relator

